



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
SECRETARIA NACIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Resultados da 20ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

O evento foi realizado nos dias 09 e 10 de outubro de 2025, na Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em Brasília/DF, no formato presencial.

Data: 09 e 10 de outubro de 2025 (Horário de início e término não especificados)
Local: Sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Brasília/DF, Formato Presencial

1. Abertura do Evento

A 20ª Reunião Ordinária do CNPCT foi realizada de forma presencial, em Brasília/DF, na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), sendo iniciada com alinhamento voltado à agenda dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) na administração pública federal. Na ocasião, foi reafirmado o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs como instrumento orientador das políticas públicas, com destaque para a articulação interministerial, a agenda da COP 30 e as ações de defesa e regularização dos territórios tradicionais.

2. Falas dos Membros da Mesa de Abertura:

- Edmilton Cerqueira - Secretário da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento (SETEQ).
- Samuel Leite Caetano - Presidente do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).
- Edel Moraes Souza - Secretária Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT/MMA).
- Sônia Guajajara - Ministra de Estado dos Povos Indígenas (Fala institucional especial no 2º Dia).
- Mauro Pires - Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (Fala institucional especial no 2º Dia).

3. Apresentações Institucionais / Seminários:

- **Apresentação do PDPCT** Cláudia de Pinho (Diretora do DPCT/SNPCT/MMA).
- **Apresentação CADÚnico** Laís Mendonça (Coordenadora-geral de Apoio à Integração de Ações do MDS).
- **Apresentação Censo Agropecuário**
Marta Antunes e Maria Júlia (Representantes do IBGE).
- **Apresentação Plataforma Territórios Tradicionais**
Dr. Wilson Rocha e Kenia (Representantes do MPF).
- **Informe sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) do Conselho Nacional de Justiça** Jaqueline (Representante da Terra de Direitos - TDD).
- **Apresentação da Minuta de Decreto dos Marcos Regulatórios para a Regularização Fundiária para PCTs**
Naryanne Ramos e Ruan Negretti Scalia (Representantes do MDA).
- **Estratégias diplomáticas e planejamento para a COP 30**
Gabrielle Thum (Conselheira, Povo Pomerano) e Moisés Sarraf (Representante da SNPCT/MMA).
- **Apresentação dos resultados do GT Cadastro Ambiental Rural (CAR) PCT**
Laura Ferreira da Silva (Conselheira Quilombola, CONAQ).
- **Leitura e entrega da carta à primeira-dama Janja Lula da Silva:** Ísis Ayres (Representante do Segmento Caiçara e Juventude CNPCT).
- **Leitura da carta da Juventude de Povos e Comunidades Tradicionais:** Beatriz Góes (Representante da Juventude PCT).
- **Apresentação do Procedimento Operacional Padrão (POP) para fiscalização em áreas com presença de PCTs:** Christiana Pastorino (Representante do ICMBio).

4. Pauta da Reunião:

- Relatos e reflexões acerca de ameaças, violações de direitos e atos de violência perpetrados contra lideranças de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) nos territórios.
- Apresentação técnica, debate e deliberação sobre a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Definição de metodologias e estratégias para a inclusão e mapeamento dos 28 segmentos tradicionais no Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola e no Cadastro Único (CadÚnico).
- Avaliação do aprimoramento, alcance e mecanismos de autodeclaração no âmbito da Plataforma de Territórios Tradicionais (PTT).
- Deliberação acerca do processo eleitoral e proposta de prorrogação do mandato da atual gestão da Presidência do Conselho.
- Planejamento estratégico, coordenação logística e definição de posicionamento político para a participação dos PCTs na 30ª Conferência das Partes (COP 30).
- Apreciação e aprovação da minuta de decreto que institui os marcos regulatórios para a regularização fundiária de territórios tradicionais.
- Discussão e aprovação do relatório final e da proposta normativa elaborada pelo Grupo de Trabalho do Cadastro Ambiental Rural (GT CAR-PCT).

- Mobilização e estruturação de estratégia frente a propostas legislativas, com ênfase no projeto de lei voltado à cadeia produtiva do Babaçu, Açaí e Andiroba.
- Apreciação de moções de apoio e repúdio, relatos institucionais e sistematização de encaminhamentos deliberados.

5. Resultados e Deliberações:

- O plenário aprovou, por unanimidade, a vigência do PDPCT até o ano de 2030, estipulando-se revisões a cada ciclo do Plano Plurianual (PPA) concomitantes a avaliações políticas a cada ciclo de renovação da presidência do CNPCT.
- O plenário aprovou, por unanimidade, e aclamação, a prorrogação do mandato de Samuel Leite Caetano como presidente do CNPCT por mais um ano (até novembro de 2026), visando garantir estabilidade institucional para a entrega de marcos regulatórios e para a COP 30.
- O plenário aprovou, por unanimidade, a minuta de decreto que institui os marcos regulatórios para a regularização fundiária de territórios de povos e comunidades tradicionais. O documento, considerado um avanço histórico para a segurança jurídica dos territórios, incorporou as seguintes diretrizes técnicas e salvaguardas, com a inclusão de:
 - Menção explícita ao Decreto nº 8.750/2016;
 - Parágrafo único no Art. 1º, assegurando o direito de acesso e uso para povos nômades e extrativistas itinerantes;
 - Art. 3º garantindo o livre acesso e uso sustentável dos recursos naturais;
 - Art. 8º versando sobre a vedação de alienação ou fracionamento de Projetos de Assentamento (PAs) sobrepostos a áreas de ocupação tradicional;
 - Art. 9º referente ao reassentamento, pelo INCRA, de assentados que não concordarem com o plano de gestão coletivo.
- Aprovação, por unanimidade, da minuta de decreto elaborada pelo Grupo de Trabalho do Cadastro Ambiental Rural para Povos e Comunidades Tradicionais (CAR-PCT).
- O plenário aprovou a Moção de Repúdio à conduta do IBAMA na Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras e demais unidades costeiras e marinhas do estado da Bahia.
- O plenário aprovou a Moção de Repúdio ao instrumento denominado "Plano Macro", por contrariar os interesses e salvaguardas dos povos tradicionais.
- O plenário aprovou a Moção de Apoio do CNPCT Aliança dos Povos e Comunidades Tradicionais em sua atuação pela preservação e defesa do bioma Mata Atlântica.
- O plenário aprovou a Moção de Apoio ao Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, acompanhada de solicitação formal de audiência entre o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e o CNPCT para tratar da segurança de lideranças.
- Deliberação pela solicitação de reuniões técnicas com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e com a coordenação do Projeto Territórios Vivos, visando o fortalecimento das redes de proteção e apoio logístico ao seminário nacional.

- Instituição de GT interinstitucional com a finalidade de organizar o **Seminário Nacional de Proteção a Lideranças Ameaçadas**, com a seguinte composição: Marcela Cananéa, Taata Konmannanjy, Beatriz Lima, Beatriz Góes Ribeiro, Dimas Gusso, Maura Ney Piemonte, Inês Ana Wickroski Sales, Pai Francisco Dias, Laura Ferreira da Silva ; além de Jacobson Luiz Rodrigues Ribeiro (MMA), Fábio Martins (Rede Cerrado), Breno Zúnica (IEB) e Marília Pinheiro (IEB).
- Aprovação da criação de Grupo de Trabalho conjunto com a Vigilância Sanitária para o aprimoramento do marco regulatório de produtos dos PCTs. A instância contará com a participação de: MAPA, MDA, CONTAG, MDS, Anvisa, CPPCT/CONDRAF, CONSEA, CECADI e o pleno do CNPCT.
- Designação da conselheira Maria Alaídes (MIQCB) para liderar a estruturação de contraproposta técnica (texto substitutivo) ao projeto de lei relativo à cadeia produtiva do Babaçu. A posição institucional do Conselho pautar-se-á em quatro pilares inegociáveis: Garantia do direito à **Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI)**; Priorização da **regeneração natural do bioma** frente a plantios comerciais; Asseguração do **acesso tradicional** aos recursos; Manutenção de **fundo específico** de recursos para o setor.

6. Informes e Encerramento da Reunião:

- Registro do compromisso firmado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para a realização de uma nova rodada de diálogos técnicos com os demais ministérios, visando ampliar a correlação entre as demandas sistematizadas e as ações governamentais do PDPCT.
- O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) informou a contratação de profissionais para o suporte técnico e planejamento do pré-teste da inclusão dos segmentos tradicionais no CadÚnico. Deliberou-se que o planejamento e o monitoramento das áreas piloto ocorrerão em articulação direta com a Secretaria Executiva do CNPCT.
- O Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais deliberou pela indicação de dois observadores externos para acompanhar os testes-piloto do Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola nas localidades de Juazeiro/BA, Sobradinho/BA, Bacabal/MA e Grão Mogol/MG.
- Os Conselheiros Titulares notificaram formalmente seus respectivos suplentes em caso de impossibilidade de comparecimento à COP 30.
- Os Conselheiros deverão preencher e submeter os formulários da FLACSO para viabilização de passagens e hospedagens solidárias.
- Os Conselheiros deverão encaminhar à Secretaria Executiva do CNPCT as indicações nominiais de lideranças para composição das mesas temáticas oficiais da COP 30.
- A representação do ICMBio, por meio de Christiana Pastorino, reportou a conclusão e a entrega às equipes fiscalizatórias do Procedimento Operacional Padrão (POP),

instrumento que orienta abordagens tecnicamente adequadas em áreas de ocupação tradicional.

- O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) estabeleceu o dia 15 de outubro de 2025 como prazo limite improrrogável para o envio de contribuições técnicas à minuta normativa da Vigilância Sanitária.
- A sessão foi encerrada com a reafirmação da aliança estratégica entre povos indígenas e comunidades tradicionais no cenário internacional. A Ministra Sônia Guajajara destacou a garantia de assento para os segmentos no "Círculo dos Povos" sob a Presidência da COP 30, visando a consolidação de posições conjuntas em fóruns de negociação multilateral.